

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

Sobre os pedidos de substituição e antes de os anunciar, o Presidente da Mesa solicitou ao serviço de apoio à Mesa para que indagasse as Entidades competentes no sentido de que emitissem parecer sobre se o que estava estipulado no Regimento da Assembleia Municipal relativamente a essa matéria era legalmente aceitável. -----

-----Seguidamente, foram anunciados os seguintes pedidos: *de suspensão, até trinta de Novembro de dois mil e doze*, Francisco Manuel Figueira de Lemos; *por um período de trinta dias*, Olinda Joaquina Teixeira Alves; de substituição, *por um período de vinte dias*: Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão, José Carlos Leite Pereira da Silva, Alexandra Pereira Gonçalves, Carlos José Santos Cunha e João Pedro Marques e Castro, todos eleitos pelo Partido Socialista. Pediu, também *a suspensão, por um período de 60 dias*, Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite, e substituição, de vinte e seis de abril a cinco de maio, Aníbal Oliveira Marinho Cruz e Maria Manuela Castro Costa Oliveira, de vinte e seis de abril a quinze de maio, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”. Requereram, também, *a substituição, por um período não inferior a trinta dias*, José Manuel Ribeiro Cardoso, Cíntia Raquel Antunes Costa e Marta Cunha Castro, e *suspensão, por um período de 30 dias*, Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida, Belarmino Oliveira Costa e Vidal Manuel da Costa e Sousa, todos eleitos pela Coligação “Juntos Por Fafe”.-----

-----Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade.----- Comunicaram a substituição, pelo respectivo Secretário, os Presidente de Junta das Freguesias de Arnozela e Silvaes S. Martinho, e, pelo Tesoureiro, o Presidente de Junta da Freguesia de Fornelos. -----

-----Apresentou a renúncia do mandato Vanessa Cláudia Nogueira da Rosa Barata, eleita na lista da coligação “Juntos Por Fafe”.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e cinco Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi, ainda, dado conhecimento da existência de oito propostas, passando imediatamente a palavra ao Primeiro Secretário que passou a ler a primeira proposta de um Voto de Recomendação à Câmara Municipal, apresentado pela lista “Independentes Por Fafe” (IPF), no sentido de que o Município fosse mais rigoroso nas contratações por Ajuste Direto, zelando para que os valores da adjudicação não ultrapassassem os de mercado, assegurando, dessa forma a salvaguarda do interesse público.-----

Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para dizer que não tinham muita informação relativamente à proposta apresentada. Nesses termos e, de forma a efetuarem uma votação devidamente esclarecida, propôs que a Câmara informasse e verificassem se havia circunstâncias especiais que justificassem, propondo que a discussão e votação do presente ponto fosse adiada para a próxima sessão ou mesmo que a Câmara se pronunciasse sobre o assunto, no sentido de terem um voto esclarecido. -----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para mencionar que não via problema no facto da proposta ser discutida na sessão da Assembleia Municipal que se seguia, salientando no entanto que os valores reproduzidos na proposta tinham todos como origem o relatório de contas e o plano e orçamento da Câmara Municipal. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para questionar o Raul Rebelo se mantinha a pedido de discussão e votação da proposta na sessão se seguia. Atendendo à resposta afirmativa e a que o proponente aceitava, foi ***adiada a discussão e votação para a sessão da Assembleia Municipal que se seguia.*** -----

-----Seguidamente, o **Primeiro Secretário** procedeu à leitura da segunda proposta de recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelos Membros do CDS-PP, de aquisição da “Casa do Morgado de Fafe” para futura Casa Museu Morgado de Fafe. -----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo** para mencionar

que o PS não se oporia à referida aquisição desde que a Câmara tivesse recursos financeiros para o efeito, salientando que o PS ia abster-se. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 17 votos a favor e 0 votos contra.** -----

-----Posteriormente, também pelo **Primeiro Secretário**, foi lida a terceira proposta de recomendação à Câmara Municipal de aquisição do “Solar da Luz”, sito na freguesia de Fornelos, apresentada pelos Membros do CDS-PP. --

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para esclarecer a sua votação, referindo que, ao contrário da proposta anterior cujo teor lhe parecia demasiado vinculativo, na presente proposta existia uma recomendação “para que se deliberassem esforços nesse sentido”.

-----Usou da palavra **Raul Rebelo**, para afirmar que o PS iria abster-se pelo mesmo motivo apresentado aquando da votação da proposta anterior. -----

-----Colocada a votação, foi **aprovada, por maioria, com 17 votos a favor e 1 votos contra.** -----

-----De seguida, pelo **Primeiro Secretário** foi lida a quarta proposta, de recomendação à Câmara Municipal, da transferência de local do *Monumento à Justiça de Fafe* para “...o jardim mais central ao lado do *Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na ponta do jardim que dá início à Avenida 5 de Outubro...*”, apresentada pelos Membros do CDS-PP.-----

-----Tomou a palavra **Filipe Antunes**, eleito pelos IPF, para questionar sobre que críticas tinham provocado mau estar, assim como que entidades judiciárias. -----

-----Posteriormente usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para afirmar que o PS iria votar contra a presente proposta, uma vez que achavam que o local deveria ser estudado. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira do Rei** para mencionar que já tinha levantado a questão em debate na última sessão, mas que iria votar contra a presente proposta porque a achava precipitada e que deveria ser objeto de um estudo, conforme tinha sido referenciado na última sessão pelo Presidente da Câmara. -----

-----De seguida, usou da palavra **Benjamim Teixeira Barbosa**, do CDS-PP, para mencionar que relativamente às questões colocadas por Filipe

Antunes, tinha ouvido vários juízes pronunciarem-se sobre o assunto. Fez uma sinopse sobre o aparecimento da *Justiça de Fafe* e relativamente à localização apresentada, afirmou que seria a parte mais central da Praça Vinte e Cinco de Abril. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **rejeitada, por maioria, com 38 votos contra, 2 a favor e 12 abstenções.** -----

-----Posteriormente, o **Primeiro Secretário**, passou a ler a quinta proposta, de Voto de Louvor a todos os elementos da organização das III Jornadas Literárias de Fafe de 2012, apresentado pelo Grupo do PS.-----

-----Colocada a discussão, foi dada a palavra a **José Rodrigues**, do PSD, para dizer que, apesar de concordar que se enaltecesse o evento, mencionou que deveriam ser enaltecidos todos quantos estiveram envolvidos no processo, não apenas a organização. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para solicitar ao proponente que esclarecesse a Assembleia concretamente a quem era dirigido o voto de louvor, se era dirigido apenas à organização do evento ou também a todos os que nele tinham participado.-----

-----Tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para esclarecer que a proposta era dirigida a todas as pessoas que tinham participado e colaborado na organização das III Jornadas Literárias de Fafe de 2012. Afirmou, ainda, que se fossem mais confortáveis com a alteração da redação da proposta, na sua parte final, não veria qualquer inconveniente. -----

-----Retomou a palavra o **Presidente da Mesa** para propor a alteração do último parágrafo com o seguinte texto: *“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal um Voto de Louvor a todas as pessoas que participaram e colaboraram na organização deste evento que constituiu indubitavelmente uma extraordinária afirmação da cultura fafense.”* Colocada a proposta a votação, com a alteração proposta, **foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----De seguida, pelo **Primeiro Secretário** foi lida a sexta proposta de congratulação pelo sucesso que a todos os níveis constituiu o regresso do Rally de Portugal a Fafe, apresentada pelo Grupo do PS. -----

-----Tomou a palavra **José Rodrigues**, do PSD, para mencionar que concordava com o sucesso do evento e que Fafe, por natureza, tinha herdado não só um belíssimo traçado do rally, assim como uma bela paisagem. -----

Quanto à economia, referiu que se a Câmara tivesse o poder e a ambição de reter o rally durante dois dias, aí sim poderiam falar de economia de Fafe. -----

Mencionou que se tinha verificado que a passagem do rally tinha dado muito trabalho a quem tinha efetuado a limpeza do local, no entanto em termos de economia o resultado tinha sido de quase zero. -----

Referiu, ainda, que, no futuro, se Fafe beneficiasse em termos de logística, seria economicamente mais vantajoso, caso contrário, não. -----

Terminou salientando que em termos de nome tinha significado muito, no entanto, em termos de economia significou pouco. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por unanimidade**. -----

-----Posteriormente, foi lida a sétima proposta de Voto de Louvor à Santa Casa da Misericórdia de Fafe pelos seus 150 anos, em reconhecimento do seu papel essencial no apoio e assistência à comunidade, apresentada pelo Grupo do PS. -----

Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade**. -----

----- Por fim, passou-se à leitura da oitava e última proposta de Recomendação à Câmara, de disponibilização de terrenos com características adequadas para a sua utilização como “Hortas Urbanas”, com base num regulamento a criar pela Câmara Municipal de Fafe, assim como de apoio técnico para o desenvolvimento da atividade, apresentada pelo Grupo do PS. --

-----Usou da palavra **Orlando Carvalho Leite**, do CDS-PP, para lembrar as recomendações efetuadas pela Comissão de Agricultura, onde constava a matéria em análise cujo desfecho desconhecia. Nesses termos, manifestou a sua surpresa por o PS estar vocacionado para essas matérias, afirmando que lhe parecia desajustado, atendendo às recomendações efetuadas pela Comissão. Afirmou, ainda, que a apresentação da proposta de recomendação era redundante, uma vez que com essa aprovação a Assembleia não fazia mais do que aquilo que tinha sido aprovado aquando da apresentação das

recomendações pela Comissão. Mencionou, no entanto, que era sempre bom que estas matérias viessem à Assembleia uma vez que era sinal que havia interesse. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Manuel Batista**, do PSD, para corroborar as palavras de Orlando Carvalho Leite, salientando que era uma proposta extemporânea e lembrando que nas recomendações apresentadas pela Comissão da Agricultura já figurava a construção de hortas pedagógicas, sugerindo que o PS retirasse a proposta. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para mencionar que a proposta em nada prejudicava aquilo que tinha sido aprovado pela comissão de agricultura. -----

Afirmou, ainda, que apenas pretendiam reafirmar a sua motivação para a existência de um espaço com essas características, funcionando, também, para a alimentação própria do agregado familiar. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 32 votos a favor, 1 contra e 19 abstenções**. -----

Foi dada a palavra a **José Rodrigues**, do PSD, para fazer uma declaração de voto. Afirmou que votou contra *porque ia de encontro com as palavras de José Manuel Batista e Orlando Carvalho Leite, atendendo a que a presente proposta era uma redundância daquilo que já tinha sido aprovado e também porque o concelho de Fafe era essencialmente um concelho rural, onde as pessoas da maior parte das freguesias tinha um terreno próprio, onde tinham a sua horta.*---

Terminou, afirmando que era extemporâneo aprovar a proposta apresentada atendendo às características rurais de agricultura que se verificavam no concelho. -----

-----Passou-se ao período de intervenções. Iniciou **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para felicitar o Presidente da Câmara pela concretização de propostas por si apresentadas em anteriores Assembleias. Voltou a alertar para a colocação da cobertura na escola de S. Jorge, assim como, para a degradação do edifício contíguo ao edifício do Royal Center, que tinha telhas soltas. -----

Assinalou as comemorações do 25 de Abril, aproveitando para referenciar o discurso do Presidente da Mesa, assim como do Presidente da Câmara. Teceu comentários sobre a realização da feira semanal naquele dia e reiterou todas

as considerações que tinha efetuado nas comemorações do *25 de Abril*, mencionando que a realização da feira fez com que o dia fosse banalizado. Afirmou que iniciativas como essas eram um atropelo à história e à identidade. Reportando-se às palavras do Presidente da Câmara, sobre a liberdade que tinha de permitir a realização da feira, questionou se tendo essa liberdade, tinha a legalidade, citando o artigo quarto do Regulamento da Feira Municipal aprovado pela Assembleia Municipal, mencionando que assim sendo deveria ser proposta a alteração do regulamento, no sentido de evitar ilegalidades. Questionou, ainda, sobre que comerciantes estavam a ser respeitados com a decisão tomada. -----

Ainda reportando-se às palavras do Presidente da Câmara, afirmou que CDU defendia os pequenos, bastando para isso a posição da CDU relativamente à abertura das grandes superfícies comerciais. -----

Terminou afirmando que a utilização da conjuntura económica para tomar uma decisão daquelas era reforçar a pertinência das suas afirmações. Mencionou que era subverter os valores e deixar que o poder económico se sobrepusesse ao poder político e a uma série de deveres, destacando o dever cívico. -----

-----De seguida, interveio **Miguel Summavielle**, eleito pela lista “Independentes Por Fafe”, que começou por questionar sobre o motivo pelo qual a proposta sobre o licenciamento de obras não tinha sido submetida a discussão e votação. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a questão dos pedidos de substituição e suspensão. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Sobre a questão dos pedidos de substituição e suspensão afirmou que, depois de consultar o regimento, o mesmo dizia expressamente aquilo que tinha referido, afirmando que estava integralmente de acordo com o regimento. -----

No entanto, afirmou que tinha dúvidas relativamente a essa matéria, mencionando que iria incumbir os serviços de oficiarem as entidades competentes no sentido de esclarecerem a questão. Afirmou que era seu entendimento que o mandato poderia ser alterado apenas pelas formas existentes, suspensão ou renúncia, e não fazendo-se substituir. -----

Quanto à proposta apresentada relativa ao licenciamento de obras na área da Freguesia de Fafe e atendendo ao teor da mesma, afirmou que tinha despacho a proposta no sentido de solicitar à Junta de Freguesia de Fafe resposta ao constante do ponto um do presente requerimento e à Câmara Municipal resposta ao constante do ponto dois do requerimento. Esclareceu que, após a resposta ao solicitado, seria de novo remetida para despacho. -----

Informou, ainda, que a proposta relativa à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens tinha sido despachada para os serviços de apoio no sentido de fazerem o ponto de situação relativamente aos mandatos dos membros da Assembleia Municipal para tais organismos e outros externos, a fim de ser presente à sessão seguinte o necessário processo eleitoral. -----

-----Retomou a palavra **Miguel Summavielle** para solicitar que, quando o Presidente da Mesa despachasse aquele tipo de requerimentos desse conhecimento. Terminou indagando o Presidente da Mesa sobre a razão pela qual não aceitava que fosse votada a alteração ao regimento da assembleia que implicaria a marcação antecipada das assembleias, ficando a aguardar a sua resposta. -----

-----De seguida, interveio **José Manuel Batista**, do PSD, demonstrando a sua estupefação relativamente a uma consulta por ele efetuada à wikipédia sobre o concelho de Fafe, onde se tinha deparado com uma proposta da Câmara Municipal de Fafe de redução do número de freguesias para sete, no seguimento da Reforma Administrativa. Nesses termos solicitou esclarecimentos sobre a veracidade da informação constante naquele site. -----

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a proposta do Pacto de Autarcas, aprovada na Assembleia Municipal, em dois mil e nove, concretamente, quem estava a levar a cabo o plano de ação para as energias renováveis e a eficiência energética e quando tencionava submeter para a Comissão Europeia o referido plano. -----

Terminou, tecendo comentários relativamente ao relacionamento existente entre os órgãos autárquicos, assim como a credibilidade que apresentavam sustentar. -----

Lembrou as deliberações e recomendações aprovadas na Assembleia Municipal mencionando que não eram tidas em conta pelo Executivo, o que

denotava falta de respeito e a pouca credibilidade com que o Executivo via a Assembleia Municipal. -----

Lembrou, ainda, o caso da Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural da qual tinha resultado um conjunto de recomendações, aprovadas por unanimidade, e que até à data ainda nenhuma tinha sido tida em conta e implementada pelo Executivo. -----

Afirmou que esse era o cenário de descrédito que pairava sobre esta e outras assembleias municipais do país, onde a grande maioria dos seus membros fazia apenas figura de corpo presente durante todo o mandato, sugerindo alterações aquando da escolha de elementos para integrar a assembleia nas próximas eleições. -----

Alertou para a visão que os cidadãos tinham e se acentuava das instituições/órgãos autárquicos, que era cada vez mais sombrio e de descrédito, levando ao seu afastamento do debate, dos problemas locais e a uma menor participação cívica. -----

Afirmou que era desejável que a nova lei autárquica pudesse caminhar no sentido de dar mais poderes e credibilidade às Assembleias Municipais, levando a que trabalhassem e produzissem mais, podendo ter outras competências, mais abrangentes e de maior relevância. Afirmou que, para isso, os partidos políticos tinham um papel fundamental de escolher os melhores, aqueles que davam garantias de querer trabalhar em prol do concelho e da população, em detrimento daqueles que apenas queriam protagonismo. -----

Relativamente ao Executivo, mencionou que esperavam que do tempo que restava cumprir do mandato em vigor, conseguisse amenizar essa situação provando que os bons mandatos não eram apenas aqueles em que se faziam muitas e grandes obras, mas também aqueles em que se ouvia e credibilizava o trabalho desenvolvido por todos os órgãos da administração local, nomeadamente pela Assembleia Municipal. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Filipe Antunes**, eleito pelos IPF, que iniciou a sua intervenção felicitando José Manuel Batista, afirmando que tinha estado muito bem, revendo-se na sua opinião. -----

Sobre o elevador do Jardim do Calvário confrontou as despesas tidas com a sua utilidade, questionando ainda a sua utilidade. Afirmou que para obras dessas não se deveria gastar as limitadas energias e o limitado orçamento de

que dispunha a Câmara. Mencionou que o que restava era assumir o erro e resolver de vez a situação, salientando que havia muito onde gastar e bem melhor o dinheiro destinado às obras públicas. -----

Fez ainda um alerta para a existência de um tubo metálico junto à passadeira de acesso à pista de cicloturismo que apresentava risco para os transeuntes.---

Teceu alguns comentários sobre o agravamento do estado da saúde em Fafe ou, pelo menos, do agravamento do poder de decisão e de gestão sobre o destino de duas das maiores instituições de saúde do concelho – o hospital e o Centro de Saúde de Fafe. -----

Afirmou que, no presente, era o centro de saúde que estava a ser “alvo de ataque”, mencionando que o horário já tinha sido reduzido. Mencionou, ainda, que havia intenção de redução do poder de decisão de gestão de Fafe sobre o seu Centro de Saúde, explicando e tecendo comentários relativamente ao processo que estava a ser desencadeado. -----

-----De seguida, interveio **José Rodrigues**, do PSD, para colocar a mesma questão sobre o elevador do Jardim do Calvário, afirmando que se o projeto do bar panorâmico tivesse avançado, o vandalismo daquela infraestrutura seria menor, referindo ainda que sem o bar o elevador tinha perdido todo o interesse. Questionou se havia previsão relativamente à dinamização das feiras francas no centro da cidade, afirmando que a Câmara, como maior acionista da Naturfafe, tinha todo o interesse para que o centro da cidade vivesse as feiras francas. Afirmou que com a concentração das feiras no Parque da Cidade, e respetiva deslocação das pessoas para aquele local, provocava o prejuízo inerente e forte para os comerciantes do centro da cidade. -----

Terminou questionando sobre uma questão colocada em reunião de Câmara sobre os pedestres passearem os seus cães na pista de cicloturismo, afirmando que se o Parque da Cidade existisse como tal, as pessoas não tinham a necessidade de passear os seus cães na pista. Nesses termos, solicitou esclarecimentos sobre a existência ou não de previsão de reformular o Parque da Cidade.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, que iniciou a sua intervenção manifestando um voto de profundo pesar pelo falecimento do Eurodeputado, Dr. Miguel Portas. -----

De seguida, teceu comentários sobre as atuais políticas dominantes no País, afirmando que os portugueses caminhavam numa política de hipermercados, concretamente do hipermercado da saúde, da educação, da justiça e para breve do hipermercado das freguesias, tudo a preços que poderiam ser classificados de elevados para os Portugueses. -----

Reportando-se ao novo mapa judiciário, mencionou que o tribunal de Fafe perderia a sua competência genérica para ficar com um juízo de competência civil e um outro de competência criminal, salientando que mesmo assim os coletivos destes deixariam de se realizar em Fafe, e que as restantes competências passariam para Guimarães. -----

Afirmou que estavam de acordo com os argumentos aduzidos pelo Presidente da Câmara e da ordem dos advogados sobre o assunto num jornal local. Mencionou que com a concretização do disposto no novo mapa judiciário a população fafense ficaria, uma vez mais, extremamente prejudicada, afastando os fafenses ao acesso à justiça. Afirmou, ainda, que Fafe não poderia arriscar-se a ficar sem tribunal. -----

Afirmou que havia cada vez menos saúde, menos ensino, menos justiça, menos cultura e também cada vez menos rendimentos, o que levava a que cada vez houvesse mais miséria no país. -----

Terminou a sua intervenção questionando o Presidente da Câmara se havia mais desenvolvimentos sobre o assunto do tribunal e que planos a Câmara teria para fazer face a essa desativação. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Benjamim Barbosa**, do CDS-PP, que iniciou a sua intervenção referenciando a beleza da cidade de Fafe, que estava tudo muito bem. -----

Alertou para a ausência de alguns passeios na ponte do Ranha e solicitou mais segurança rodoviária nas passadeiras da zona. -----

Felicitou Leonor Castro pela sua acutilância e atenção sobre a cidade. -----

Lembrou a deliberação aprovada pela Assembleia Municipal sobre Daniel Monteiro, afirmando que ficaria a aguardar que fosse cumprida. -----

Alertou para a existência de um caminho histórico de calçada à portuguesa de Fafe para Basto, que estava coberto de ervas, assim como a Ponte do Ranha que deveria ser restaurada. -----

Sobre o elevador do Jardim do Calvário questionou se havia novidades sobre a vandalização ocorrida. -----

Solicitou também esclarecimentos sobre a situação dos lagos da cidade. Questionou, ainda, sobre a existência de desenvolvidos relativamente ao Royal Center. -----

Terminou sugerindo que se relvasse a parte restante do Parque da Cidade que não tinha sofrido qualquer intervenção. -----

-----De seguida, interveio **Rita Grandinho**, dos IPF, para questionar sobre a colocação de dois suportes publicitários, cuja instalação e regulamentação não se encontrava contemplada no Regulamento de Publicidade em vigor, o que não podia servir de justificação para o sucedido. -----

Afirmou que com o regulamento se pretendia ordenar o espaço público no sentido de obter uma melhoria da imagem urbana, mencionando que, por acharem que não era isso que verificava, aguardariam por esclarecimentos sobre se estava prevista a colocação de mais algum desses painéis publicitários em outros locais da cidade e qual o prazo das licenças emitidas para essas estruturas. -----

Citando o artigo quarto, número um do Regulamento de Publicidade e Propaganda do Município de Fafe, questionou, ainda, o Presidente da Câmara se considerava que os dividendos monetários resultantes da aplicação das taxas de publicidade eram motivos suficientes para fechar os olhos à evidente alteração da estética da paisagem na Praça 25 de Abril. -----

Ainda, citando o artigo vinte e três do retrocitado regulamento, questionou sobre o motivo que tinha levado à não aplicação da regra referenciada. -----

Terminou, afirmando que para melhor visualização da publicidade de uma das estruturas tinha sido efetuado o abate de uma árvore no cruzamento da circular com a avenida de S. Jorge, o que constituía mais uma alteração na paisagem envolvente. Nesses termos, questionou o Presidente sobre se estava a par da situação e de que forma e em que outro local tinha sido esse facto compensado. -----

-----Seguidamente, interveio **Raul Rebelo**, do PS, mencionando que entendia a atrapalhação do PSD com a reforma administrativa. Reportando-se à intervenção de José Manuel Batista, afirmou que a sua intervenção, na parte relativa à informação constante da wikipédia, era uma anedota, que não era

uma intervenção séria, mencionando que as informações constantes na wikipédia não eram fiáveis. -----

-----Posteriormente usou da palavra **José Rodrigues de Sousa**, do PSD, para questionar sobre o custo total do monumento do “Autarca e do Poder Local”. -----

Mencionou, ainda, que tinha tomado conhecimento das contas do exercício de dois mil e onze da Naturfafa e que tinha ficado estupefacto, explicando, que os capitais próprios eram negativos e que havia um decréscimo dos serviços prestados em comparação com o ano anterior. Salientou a dependência daquela instituição dos subsídios atribuídos pela Câmara relativamente à receita arrecadada, cuja maior parte seria canalizada para despesas com o pessoal. Face ao cenário apresentado, questionou o Presidente da Câmara se já tinha ponderado a hipótese de voluntariamente proceder à extinção da empresa ou se iria esperar que fosse extinta coercivamente. -----

Relativamente às palavras de Raul Rebelo, afirmou que o memorando da Troika não tinha sido assinado pelo PSD, mas pelo PS, mencionando que uma das medidas constantes era a redução do número das freguesias, afirmando que o PSD se limitava a cumprir o que o PS tinha assumido, mencionando que o PS deveria ser coerente com a sua posição. -----

-----De seguida, interveio **Alexandre Peixoto**, eleito pela lista IPF, para alertar para a existência de um espelho rodoviário partido, no sentido da Rua Almeida Garret para a Cumieira, sugerindo a sua substituição atendendo à perigosidade que o seu estado representava para os transeuntes. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente de Junta de Freguesia de Fafe** para esclarecer que o local apontado por Benjamim Barbosa onde existiam ervas pertencia à freguesia de Quinchães. Afirmou ainda que o problema da Ponte seria resolvido logo que estação elevatória de saneamento fosse eliminada. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção agradecendo àqueles que tinham efetuado reparos, afirmando que iriam reparar. Agradeceu também àqueles que fizeram elogios e notas positivas à cidade e arranjos. -----

De seguida, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre a realização da feira semanal no dia vinte e cinco de Abril e sobre a legalidade da decisão, afirmou que o assunto estava a ser discutido nos Tribunais, mencionando, no entanto, que a decisão tinha sido tomada por unanimidade no Executivo e não apenas do Presidente da Câmara. Afirmou que era uma decisão legal e tinha sido pontual, como já tinha acontecido. -----

Afirmou que quando falava dos pequenos comerciantes se referia aos feirantes e não ao comércio local, que afinal, tinha aberto mais que o que se dizia. -----

- Sobre a informação constante na wikipédia relativa à redução das freguesias, afirmou que desconhecia tal informação, demonstrando ainda a sua surpresa pela forma como era colocada e retirada informação nesse site. -----

- Quanto ao Pacto de Autarcas, explicou que estavam, junto da Comunidade Intermunicipal do Ave e com os municípios que tinham aderido ou pretendiam aderir, a desenvolver um plano de ação. Afirmou que era uma questão que estavam a procurar fazer em comum junto da CIM. -----

- Rejeitou a acusação efetuada por José Manuel Batista de que o Executivo não respeitava a Assembleia. -----

Afirmou que respeitavam os poderes da Assembleia mas que a Assembleia tinha que respeitar os poderes do Executivo. Explicou que quando a Assembleia recomendava não significava que o Executivo acolhesse. -----

- Agradeceu a Benjamim Barbosa a explicação sobre o Jardim do Calvário, assim como a José Rodrigues porque também tinha acrescentado na explicação. Explicou, novamente, que estava previsto um bar naquele local, porém não houve candidatos ao concurso público efetuado. Mencionou que o elevador tinha sido um elemento introduzido no Jardim do Calvário para permitir a acessibilidade para todos e que essa era a grande justificação. Informou que estava encerrado num período em que não havia grande afluência ao local. -----

Sobre o vandalismo, explicou que o ato tinha sido devidamente participado às autoridades, mas que não havia qualquer informação sobre o assunto. -----

- Quanto às questões da justiça, hospital, centro de saúde, tribunal, afirmou que sobre algumas já tinha prestado informação na Assembleia anterior como a do hospital, que não havia alteração assumida. Relativamente ao Agrupamento do Centro de Saúde afirmou que existia uma proposta feita pela Administração Regional de Saúde, sobre a qual a Câmara já tinha protestado,

evocando a violação do protocolo celebrado com o Município e que até à data ainda não havia qualquer resposta. Afirmou que o que se verificava era a inexistência de conhecimento de terreno. -----

Quanto à justiça, informou que tinham remetido uma opinião conjunta com a dos representantes da ordem dos advogados em Fafe para a Ministra da Justiça. Mencionou que aguardavam contactos e afirmou que iriam lutar para evitar que acontecesse o que estava previsto no novo mapa judiciário. -----

- Sobre as feiras francas mencionou que desconhecia a existência de atividades agendadas para o centro da cidade. -----

- Quanto aos cães nos espaços públicos e nos parques, afirmou que o que havia era uma ausência de civismo por parte dos seus proprietários e falta de respeito pelo espaço público e pelas pessoas. Quanto ao que se previa na pista era que os animais andassem atrelados e açaimados. -----

- Sobre a mudança de local do *Monumento da Justiça* assim como a reformulação do Parque da Cidade, afirmou que a Câmara estava a preparar uma proposta para discussão pública sobre as duas questões. -----

- Relativamente aos outdoors mencionou que estavam licenciados e que não estava prevista a colocação de mais nenhum, mas que se aparecesse seriam aprovados nas mesmas condições dos anteriores. -----

Informou que tinham sido devidamente apreciados pelos serviços e não tinha qualquer reporte de ilegalidade. -----

- Sobre o custo do arranjo urbanístico da rua de baixo afirmou que andaria na ordem dos cem mil euros. -----

Terminou afirmando que desconhecia as contas da Naturfafe. Mencionou, ainda, que a Naturfafe não era uma empresa municipal e, nesse sentido, não colocavam qualquer perspectiva de extinção. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para, no seguimento do proposto por Cristina Pinho de Sousa, propor a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do eurodeputado, Miguel Portas e respetiva comunicação à família. **Colocado a votação, foi aprovado, por unanimidade.**

Deu ainda nota de um artigo publicado na revista Visão relativa à requalificação e abertura na freguesia de Aboim do Centro Interpretativo de Aboim - Aldeia Pedagógica da Montanha e do Centeio, com a intervenção do Município, da

Junta de Freguesia de Aboim e de uma organização denominada de Etnoideia, congratulando-se com tal. -----

----- Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – *Discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2011.***-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o presente ponto. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Adélio Costa**, do PSD, para fazer a análise dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e onze, afirmando que a execução do orçamento permitia verificar sobre se o caminho traçado em finais de dois mil e dez era ou não o caminho do crescimento e da sustentabilidade do Município. -----

Mencionou que o que estava em discussão não era a fiabilidade técnica da apresentação das contas ou mesmo a sua veracidade. Afirmou que o que estavam a votar eram as prioridades políticas, compromissos assumidos versus compromissos executados. -----

Reportando-se à condição financeira do Município, mencionou que era com agrado que tinham verificado que Fafe não estava na lista de incumpridores.----

Afirmou, no entanto, que havia muito por fazer. Referenciou o encaixe financeiro de receitas em impostos, afirmando que o Município tinha obtido um encaixe financeiro superior ao estimado, mencionando que isso estava relacionado com decisões políticas, com estratégias de crescimento. Afirmou, ainda, que esse indicador provava por ele mesmo que a Câmara podia desonerar os munícipes através da redução dos impostos e mesmo assim obter a performance estimada. -----

Comentou, ainda, as rubricas de execução das verbas do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e do ON.2 – Novo Norte, mencionando que tinham sido penalizados duplamente, primeiro porque não houve o encaixe financeiro do fundo perdido por parte do fundo social europeu e depois porque a ausência dessa execução materializava a ineficiência do Município em executar esses programas que falta faziam para o desenvolvimento do município. -----

Criticou o baixo investimento nas freguesias, mencionando que o Presidente da Câmara tinha esquecido de grande parte das juntas. Referiu que o que tinham alertado em dois mil e dez era uma triste realidade, salientando o baixo nível de investimento. -----

Afirmou que a ausência de dívida não era sinónimo de dinheiro bem aplicado. Comentou, ainda, a ausência de formação dos funcionários, denotando a ausência de interesse pelos mesmos. -----

Apontou como positiva a evolução dos encargos financeiros e a diminuição com os custos com o pessoal, assim como, a boa execução do plano. -----

Realçou a tendência que o Município tinha obtido no que concernia à diminuição do passivo exigível. -----

Afirmou, no entanto, que o que Fafe precisava do Presidente da Câmara era muito mais do que uma boa execução financeira, o que Fafe precisava era de alguém que tivesse a coragem de os colocar no patamar de muitos outros que rodeavam Fafe; que todos sem exceção tivessem garantido o saneamento básico, que todos vissem um Executivo Camarário com políticas efetivas no que a atracção de emprego para Fafe dizia respeito, num executivo de olhos postos nas famílias. -----

Felicitou o Presidente da Câmara pela saúde das contas, salientando, no entanto que para isso bastava ter um contabilista e não um presidente da câmara. Mencionou que não se importava que tivessem apresentado umas contas mais “descalças”, mas em simultâneo visse Fafe com mais saúde, com mais gente ao invés de ver uma terra com sintomas de que ela mesma estava descalça da ajuda do seu Município. -----

Terminou, afirmando que por tudo isso o Partido Social Democrata iria abster-se na votação do presente ponto. -----

-----De seguida, interveio **Fernando Alves**, eleito pelos IPF, que iniciou a sua intervenção destacando o bom trabalho e a qualidade de informação que os documentos da prestação de contas apresentavam. Mencionou que, tratando-se de um documento técnico e confiando na capacidade técnica das pessoas envolvidas no trabalho, não encontravam razões técnicas e objectivo para se oporem às contas apresentadas. Por isso manifestaram a sua consonância com a posição tomada pelos Vereadores da lista IPF na reunião do Executivo aquando da votação das contas. -----

Fez, no entanto, alguns reparos, concretamente sobre o baixo valor das receitas próprias o que denunciava que o município estava muito dependente das transferências e, atendendo a que as mesmas tendiam a diminuir, demonstraram a sua preocupação com os investimentos que pudessem vir a ser efetuados. -----

Analizou, ainda, o passivo do município, salientando o aumento da dívida a fornecedores, assim como o rácio de liquidez geral assumir um valor abaixo dos cem por cento, o que significava que o município evidenciava algumas dificuldades em cumprir os compromissos assumidos, tendo dúvidas que o município pudesse cumprir os prazos de pagamentos em vigor. -----

Concluiu, afirmando que apesar dos reparos efetuados as contas não deixavam de reflectir bons resultados. Resultados esses que tinham como objectivo específico e definido pelo Presidente da Câmara de criar condições para apostar nas Parcerias Público Privadas (PPP). Atendendo a que as PPP não iriam avançar, segundo informação do Presidente da Câmara na sessão de fevereiro último, questionou se, caso avançassem, os resultados seriam os mesmos. Reportando-se à folga financeira apresentada, questionou, também, se o município iria investir no saneamento básico. -----

Terminou, afirmando que iriam estar atentos e que saberiam dar a resposta certa aquando da apresentação do próximo orçamento. -----

-----De seguida, usou da palavra **Ricardo Fernandes**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção mencionando que a análise dos documentos de prestação de contas resultava da avaliação de opções políticas. -----

Afirmou que apreciar e votar os documentos de prestação de contas não deveria ser uma mera comparação de números, mas a apreciação da justeza das opções tomadas por quem geria o município. -----

Mencionou que o município tinha vindo a fazer uma boa utilização dos seus recursos o que tinha proporcionado um desenvolvimento socioeconómico sustentado. Afirmou que o PS reconhecia o nível de investimento elevado em ano de profunda crise, sem a redução dos apoios sociais atribuídos à população. -----

Referenciou a boa posição do Município no “Anuário Financeiro do Município” relativo ao ano de dois mil e dez. -----

Mencionou que a boa situação financeira do Município permitia encarar o futuro com tranquilidade; permitia ainda lembrar ao Governo que o Município estava

em condições de assegurar a sua cota parte dos investimentos protocolados: o novo hospital e a nova escola secundária. -----

Reportando-se às receitas, salientou a diminuição das transferências do Estado. -----

Por tudo, afirmou que a bancada do PS iria votar favoravelmente os documentos de contas apresentados. -----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção registando as apreciações positivas efetuadas, quer pelo PSD quer pelos IPF. Mencionou que executavam mais fisicamente e não tanto orçamentalmente porque não recebiam do QREN boa parte das participações devidas pelos projetos aprovados, salientando que não havia QREN desde Junho de dois mil e onze. Mencionou que a alteração das regras do QREN prejudicaram imensamente os municípios, sendo essa a razão, também, pela qual tinham tido menor receita do que aquela que era expectável. Afirmou que, conforme o reiteradamente dito, o município de Fafe tinha uma independência financeira baixa e que iria agravar-se com o desaparecimento dos fundos comunitários. -----

Salientou que o Município tinha transitado sem dívidas vencidas. Afirmou, ainda, que o Município de Fafe era o quinto a nível nacional nas transferências para as Juntas de Freguesia, salientando que essas transferências não eram obrigatórias. -----

Quanto às Parcerias Público Privadas mencionou que iriam encerrar o processo porque não havia condições para as fazer, afirmando no entanto que essas condições não se reportavam à situação da Câmara. Mencionou que a Câmara se tinha preparado para essa parceria e que tinha condições para a fazer. -----

Afirmou que, com a não concretização das PPP, o investimento que iria ser libertado seria para investir no saneamento. Lembrou a existência da parceria pública pública com as Águas de Portugal, mencionando no entanto que, caso o processo não avançasse, iriam refletir no orçamento do ano de dois mil e treze um forte investimento no saneamento, que era o setor onde era necessário investir. -----

Não havendo mais intervenções, **foi colocado a votação, sendo aprovado, por maioria, com nove abstenções.** -----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto três - *Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa à aplicação do Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2011.*** Não havendo intervenções, foi colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----seguidamente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro - *Apreciação do Mapa de Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação de 2011.*** Não havendo intervenções foi o presente ponto considerado **apreciado.** -----

-----Ponto **dois ponto cinco – *Apreciação e votação de uma proposta de aquisição de terrenos à COFAFE.*** -----

Colocado a discussão, foi dada a palavra a **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pela lista IPF, para solicitar o esclarecimento sobre o que efetivamente se iria adquirir, uma vez que o artigo quatro mil quatrocentos e quarenta e sete – urbano, constante do contrato, estava já extinto e tinha dado origem ao artigo sete mil cento e oitenta e um-urbano, alertando para a necessidade do esclarecimento e da razão da alteração matricial. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o que a Câmara pretendia adquirir era todo o terreno que constituiu o logradouro do palacete do Grémio, cujo edifício tinha sido autonomizado, com artigo próprio, objeto de transação e posteriormente adquirido pela Câmara. Quanto à questão registal mencionou que, atendendo às dúvidas suscitadas e à imprecisão detetada, se a Assembleia assim o entendesse retiravam a proposta e reformulariam devidamente. Esclareceu, ainda, que a proposta tinha regressado à Assembleia porque tinham o entendimento que a proposta aprovada pela Assembleia Municipal no mandato anterior, carecia de nova aprovação.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para questionar se havia algum problema em termos temporais para a aquisição proposta, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não havia. -----

Nesses termos, **a Assembleia Municipal, a requerimento da Câmara, na pessoa do Senhor Presidente, autorizou que a proposta regressasse à Câmara para ser reformulada e atualizada no que respeitava às matrizes constantes da mesma.** -----

-----Passou-se ao **ponto dois ponto seis – *Apreciação e votação da atualização da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).*** -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que o assunto estava relacionado com a definição de limites com o concelho de Póvoa de Lanhoso. -----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.** -----

-----Terminado o período da ordem do dia, tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para questionar se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão anterior. Não havendo, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

Posteriormente, pela Segunda Secretária, foi lida a minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Por fim foi dada a palavra ao público. Não havendo intervenções, nem mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero horas e trinta minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---